



MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA 6

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia 6 [recurso eletrônico]
/ Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-334-7

DOI 10.22533/at.ed.347191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE TERESINA/PI	
Emanuelle de Aragão Arrais Ana Virgínia Alvarenga Andrade Ana Cristina Claudino de Melo Ana Paula Claudino Melo	
DOI 10.22533/at.ed.3471916041	
CAPÍTULO 2	17
RELAÇÃO ENTRE AVIFAUNA E PLANTAS FRUTÍFERAS EM PARQUES LINEARES URBANOS	
Carlos Humberto Biagolini Roberto Wagner Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.3471916042	
CAPÍTULO 3	27
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ - PA DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES COM AUXÍLIO DA FERRAMENTA SIG	
Ana Larissa Pinto da Silva Ana Beatriz Neves da Silva João Francisco Costa Carneiro Junior Jamer Andrade da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3471916043	
CAPÍTULO 4	43
AVALIAÇÃO DO EFEITO DO REPROCESSAMENTO NAS PROPRIEDADES TÉRMICAS DO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VERDE POR CALORIMETRIA EXPLORATÓRIA DIFERENCIAL (DSC)	
Amanda Vecila Cheffer de Araujo Lisete Cristine Scienza Alessandro Luiz Alves Soares Vinícius Martins	
DOI 10.22533/at.ed.3471916044	
CAPÍTULO 5	53
AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PRODUZIDO COM RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	
Leticia Martelo Pagoto Simone Cristina Caldato da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3471916045	
CAPÍTULO 6	64
EMPREGO DE TRATAMENTOS QUÍMICOS E FÍSICOS PARA A UTILIZAÇÃO DO RESÍDUO GERADO EM USINAS TERMELÉTRICAS	
Augusto César Cavalcanti Gomes Andréa de Vasconcelos Ferraz Lucimar Pacheco Gomes da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3471916046	

CAPÍTULO 7	73
ENERGIAS ALTERNATIVAS EM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS – EXPERIÊNCIA EM ESTABELECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS	
Beatriz Stoll Moraes Victor Paulo Klöeckner Pires Lenilda Alves Oliveira Nilcilene de Acis Oliveira Viviane da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3471916047	
CAPÍTULO 8	80
MENSURAÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DAS OLARIAS DA REGIÃO DO SERIDÓ/RN	
Luziana Maria Nunes de Queiroz Priscilla Pimentel Diógenes Góis de Araújo Juliana da Costa Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3471916048	
CAPÍTULO 9	93
MERCADOS INSTITUCIONAIS E A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA AGROECOLÓGICA	
Cristiane Coradin Naziel de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3471916049	
CAPÍTULO 10	103
OS PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA NA ATUALIDADE. UMA BREVE ANÁLISE NA CIDADE DE MAUÁ-SP	
Marcela Hiluany Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima	
DOI 10.22533/at.ed.34719160410	
CAPÍTULO 11	113
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MIRASSOL D'OESTE – MT	
Cláudia Lúcia Pinto Valcir Rogério Pinto Carolina dos Santos Elaine Maria Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.34719160411	
CAPÍTULO 12	123
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO COMPLEXO DE COMÉRCIOS, TROCA-TROCA E SHOPPING DA CIDADE, SOBRE A DEGRADAÇÃO DO RIO PARNAÍBA EM TERESINA-PI	
Francisco das Chagas Paiva Silva Francielly Lopes da Silva Diene Nascimento de Sousa Bruna de Freitas Iwata	
DOI 10.22533/at.ed.34719160412	

CAPÍTULO 13	132
ESTUDO DE CASO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVEMBRO, RIO GRANDE DO SUL	
Caroline Trombetta	
Alexandre Couto Rodrigues	
Clovis Orlando Da Ros	
Rodrigo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34719160413	
CAPÍTULO 14	147
ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO NO MARANHÃO, BRASIL	
Rejane Christine de Sousa Queiroz	
Amanda Valeria Damasceno dos Santos	
Laine Cortês Albuquerque Castro	
Ricardo Sousa Almeida	
Francelena de Sousa Silva	
Aline Sampieri Tonello	
Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz	
Maria dos Remédios Freitas Carvalho Branco	
Luiz Augusto Facchini	
DOI 10.22533/at.ed.34719160414	
CAPÍTULO 15	159
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA NOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA EM TERESINA, PIAUÍ	
Jéssica Aline Cardoso Gomes	
Francielly Lopes da Silva	
Francisco das Chagas Paiva Silva	
Diene Nascimento de Sousa	
Míriam Araújo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.34719160415	
CAPÍTULO 16	172
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA QUEIMA DO RESÍDUO DOMICILIAR	
Priscila Bolcchi	
Franciele Silva Martins dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.34719160416	
CAPÍTULO 17	182
PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Raquel Nakazato Pinotti	
Adriana Renata Verdi	
Elisangela Marques Jeronimo	
Celina Maria Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.34719160417	

CAPÍTULO 18	196
REFUGIO DE VIDA SILVESTRE LAQUIPAMPA: VALORIZACIÓN E IDENTIFICACIÓN DE PLANES DE INTERVENCIÓN	
Licela Judith Paredes Tafur	
DOI 10.22533/at.ed.34719160418	
CAPÍTULO 19	203
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICES DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA GESTÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL LEGISLATIVO E EXECUTIVO DE PORTO VELHO CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	
João Marcos Machado de França	
Mariluce Paes de Souza	
Theóphilo Alves de Souza Filho	
DOI 10.22533/at.ed.34719160419	
CAPÍTULO 20	222
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE HANSENÍASE DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIS – MA	
Kassya Rosete Silva Leitão	
Maria de Fátima Lires Paiva	
Maria Iêda Gomes Vanderlei	
Ortêncyra Moraes Silva	
Thalita Dutra de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.34719160420	
CAPÍTULO 21	229
CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DE SOLOS ATRAVÉS DE CROMATOGRÁFIA DE PFEIFFER EM AGROECOSSISTEMAS	
David Marx Antunes de Melo	
Eduarda Fernandes dos Reis	
Thiago do Nascimento Coaracy	
Alex da Silva Barbosa	
Alexandre Eduardo de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.34719160421	
CAPÍTULO 22	235
DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS CASOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA NO ESTADO DO MARANHÃO	
Ana Emília F. Castelo Branco	
Fabrício B. Silva	
Jessflan Rafael N. Santos	
Tatiana de Sousa S. Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.34719160422	
CAPÍTULO 23	239
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTUDO DE CASO	
Evandro Roberto Tagliaferro	
DOI 10.22533/at.ed.34719160423	

CAPÍTULO 24	254
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA POR CONTROLE SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ALAGOAS	
Rafael Navas	
DOI 10.22533/at.ed.34719160424	
CAPÍTULO 25	264
INCORPORAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ZIRCÔNIO EM ACETATO DE CELULOSE PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS	
Eupídio Scopel	
Carla da Silva Meireles	
Cleocir José Dalmaschio	
DOI 10.22533/at.ed.34719160425	
CAPÍTULO 26	277
INFLUÊNCIA DO TIPO DE EMBALAGEM NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE ALFACE E ALMEIRÃO, DURANTE A COMERCIALIZAÇÃO	
Mariana Araújo de Sena	
Arlete da Silva Bandeira	
Maria Caroline Aguiar Amaral	
Sávio de Oliveira Ribeiro	
Manoel Nelson de Castro Filho	
Caroline Boaventura Nascimento Penha	
Romana Mascarenhas Andrade Gugé	
DOI 10.22533/at.ed.34719160426	
CAPÍTULO 27	283
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: APONTAMENTOS SOBRE O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL	
Fernando Martinez Hungaro	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.34719160427	
CAPÍTULO 28	296
PERFIL DE USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALAGOAS	
Helane Carine de Araújo Oliveira	
Aldenir Feitosa dos Santos	
João Gomes da Costa	
Jessé Marques da Silva Júnior Pavão	
DOI 10.22533/at.ed.34719160428	
CAPÍTULO 29	303
PREPARO DE CANDIDATO A MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA METAIS E SEMIMETAIS EM ÁGUAS: TESTES PRELIMINARES	
Luciana Juncioni de Arauz	
Marcia Liane Buzzo	
Maria de Fátima Henriques Carvalho	
Lidiane Raquel Verola Mataveli	
Paulo Tiglea	
DOI 10.22533/at.ed.34719160429	

CAPÍTULO 30	312
REFLEXÃO SOBRE O PROJETO DE UMA USINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - RS	
Maria Soares de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.34719160430	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	316

OS PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA NA ATUALIDADE. UMA BREVE ANÁLISE NA CIDADE DE MAUÁ-SP

Marcela Hiluany

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

RESUMO: Segundo a Constituição Federal todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial a qualidade de vida, e que deve ser proporcionado pelo poder público. Os parques urbanos existem desde o início da história da humanidade suprimindo necessidades e ofertando serviços socioambientais ao longo do tempo, proporcionando proteção, subsistência, contemplação, recreação, educação, e outros serviços. Há uma variedade de modelos de parques urbanos atuais, e dependendo da atuação do poder público regional, supõe-se que há o aumento da oferta de melhoria na qualidade de vida população ou não. Em razão do sistema político econômico atual há uma valorização do retorno financeiro que pode trazer a ocupação urbana em detrimento do retorno oferecido pelos espaços verdes à qualidade de vida. Eventualmente, há a preocupação de que os espaços verdes sejam mantidos apenas quando houver a oportunidade de retorno financeiro. Apresentaremos uma breve análise no município de Mauá, localizado no ABC Paulista, estado de São Paulo, cidade reconhecida como um polo industrial;

apresentando as condições socioambientais e conseqüentemente oportunidades para melhoria na qualidade de vida da população local, de dois parques localizados no município, sendo um deles classificado como Área de Preservação Ambiental e Área Especial de Interesse Ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida. Bem-estar. Meio Ambiente. Socioambiental. Parques Urbanos.

ABSTRACT: According to the Federal Constitution, we all have the right to an ecologically balanced environment, essential to quality of life, and that must be provided by the public power. Urban parks have existed since the beginning of human history, supplying needs and offering social and environmental services over time, providing protection, subsistence, contemplation, recreation, education, and other services. There are a variety of models of current urban parks, and depending on the performance of the regional public power, it is assumed that there is an increase in the supply of improvement in quality of life population or not. Due to the current economic political system, there is an appreciation of the financial return that can bring the urban occupation to the detriment of the return offered by the green spaces to the quality of life. Eventually, there is concern that green spaces will only be

maintained when there is an opportunity for financial return. We will present a brief analysis in the municipality of Mauá, located in ABC Paulista, state of São Paulo, a city recognized as an industrial pole; presenting the socio-environmental conditions and consequently opportunities for improvement in the quality of life of the local population, of two parks located in the municipality, one of them being classified as Environmental Preservation Area and Special Area of Environmental Interest

KEYWORDS: Quality of Life. Welfare. Environment. Socio-environmental. Urban Parks.

1 | INTRODUÇÃO

Partindo do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que afirma: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e, das considerações feita por Gomes (2014), que retrata mudanças efetivas dos espaços urbanos estimuladas pelas políticas públicas que foram influenciadas pelo discurso de melhoria ambiental concomitante à qualidade de vida proferido pela ONU após a década de 70, buscamos identificar se a conservação e criação de parques urbanos têm efetivo resultado na melhoria na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos.

Desde o início da civilização, o homem tem buscado reproduzir nos espaços urbanos os ambientes naturais sob práticas de manipulação e controle do mesmo, criando simulações de abrigos naturais como um dia foram as cavernas em moradias sólidas construídas com a própria madeira natural e tantos outros elementos oriundos das transformações de nossos minérios; ou criando banheiras e piscinas como simulações dos rios, lagos e até mares; sempre com uma adequação que atenda o conforto pessoal e familiar, como também, através da criação de espaços sociais compartilhados. Mas não podemos desconsiderar o impacto do sistema econômico e social capitalista no qual vivemos, muito bem apresentado em um contexto amostral universal por Davis (2006), que busca nestas melhorias, a oportunidade da geração de recursos financeiros que, eventualmente, podem descaracterizar o objetivo inicial proposto a todos.

Observamos o detrimento significativo e contínuo dos espaços verdes nas cidades em oposição ao crescimento de espaços artificiais que buscam criar oportunidades de captação de cada vez maior de recursos financeiros, trocando espaços naturais por espaços produtivos. O atual contexto social e político, especialmente nos centros de grande valorização imobiliária, revelam a despreocupação e minimização da importância dos espaços verdes urbanos nas cidades. O desenvolvimento urbano e o crescimento desordenado das mostram a pouca ou inexistente preocupação do poder públicos com a preservação ou criação áreas verdes destinadas ao lazer e/ou convívio social da população. Neste contexto, tomando como referência a afirmativa

do artigo da 225 da Constituição Federal de 1988 que afirma o direito de todo cidadão de ter um ambiente equilibrado e que cabe ao poder público e a coletividade esta responsabilidade, e considerando os estudos de Gomes (2014), que revelam que as mudanças efetivas dos espaços urbanos foram estimuladas pelas políticas públicas partir dos discursos da ONU, após a década de 70, sobre a relação de melhoria ambiental e a qualidade de vida da população, neste capítulo apresentamos o estudo sobre a criação e conservação de parques urbanos e a melhoria na qualidade de vida e bem-estar da população.

2 | QUALIDADE DE VIDA

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida é “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Envolve o bem-estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, saúde, segurança, educação, habitação saneamento básico e outras circunstâncias da vida.

Em 2005, a ONU – Organização das Nações Unidas publicou o resultado da avaliação intitulada Avaliação Ecosistêmica do Milênio, realizada em parceria com órgãos das Nações Unidas, convenções, empresas, organizações não-governamentais e com um conselho diretor composto de múltiplos grupos de interesse, com o objetivo de avaliar as consequências das alterações nos ecossistemas sobre o bem-estar humano e estabelecer ações para assegurar a conservação e uso sustentável dos ecossistemas. Esta avaliação durou quatro anos e teve a participação do Brasil, com representantes governamentais, da USP - Universidade de São Paulo, da Unesp – Universidade do Estado de São Paulo, da UNICAMP – Universidade de Campinas e da Universidade de Guarulhos.

Como resultado o documento apresenta o reconhecimento de quatro categorias de serviços ambientais:

- Suporte: constituem os processos naturais que condicionam a existência dos demais serviços, como formação do solo, produção primária, ciclagem de nutrientes, entre outros.
- Reguladores: constituem os processos naturais que afetam as condições ambientais, que por sua vez, controlam a vida humana, como as inundações e doenças, purificação da água e regulação do clima, e outros.
- Provisão: constituem os processos naturais que fornecem bens através dos ecossistemas, como alimento, água doce, combustíveis, madeira e fibras, entre outros.
- Culturais: constituem os processos naturais que fornecem benefícios estéti-

cos, espirituais, educacionais, culturais, recreacionais, entre outros.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul sedia o Centro Brasileiro do Grupo de Qualidade de Vida da Organização da Organização Mundial da Saúde, e desde 1995 participa ativamente dos projetos implementados. A ferramenta de pesquisa utilizada é o Teste WHOQOL que apresenta quatro domínios da qualidade de vida, distribuídos da seguinte forma:

- **Domínio I - Domínio físico:** Dor e desconforto; Energia e fadiga; Sono e repouso; Mobilidade; Atividades da vida cotidiana; Dependência de medicação ou de tratamentos; Capacidade de trabalho
- **Domínio II - Domínio psicológico:** Sentimentos positivos; Pensar, aprender, memória e concentração; Auto-estima; Imagem corporal e aparência; Sentimentos negativos; Espiritualidade/religião/crenças pessoais
- **Domínio III - Relações sociais:** Relações pessoais; Suporte (Apoio) social; Atividade sexual
- **Domínio IV - Meio ambiente:** Segurança física e proteção; Ambiente no lar; Recursos financeiros; Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; Participação em, e oportunidades de recreação/lazer; Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima); Transporte.

Observamos o entrelaçamento dos temas qualidade de vida, bem-estar subjetivo, saúde e serviços socioambientais que podem ou poderiam ser ofertados pelos parques urbanos mas apenas se houver esforço da gestão pública.

Não podemos ignorar o sistema político econômico capitalista assentado na valorização e potencialização do mercado, onde “solo” adquire cunho de mercadoria e passa a pertencer quem dele se apropria pelo valor financeiro que lhe foi dado. Nesta situação confirma-se a influência do sistema econômico e político que busca, habitualmente, nas melhorias empreendidas nos espaços urbanos, prioritariamente a oportunidade da geração de recursos financeiros. Assim, observa-se o detrimento significativo e contínuo dos espaços verdes nas cidades em oposição ao crescimento de espaços artificiais que buscam criar oportunidades de captação de recursos financeiros, trocando espaços naturais por espaços produtivos.

A sociedade busca possibilidades de garantir a permanência dos valores sociais associados a preservação humana, e existe uma iniciativa global que busca “tornar os valores da natureza visíveis”, integrando os valores da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos de proteção, regulação, provisão e cultural.

A expansão dos centros urbanos, trazem o uso e ocupação do solo desordenada. Como relata Davis (2006), o movimento de desordenamento da moradia, empurrada para os arredores dos centros urbanos, trouxeram a utilização inadequada dos recursos ambientais, causando contaminação em solos e corpos d’água, assim como

um impacto negativo frente a fauna e flora dos espaços ocupados.

Os centros das cidades transformaram-se em constructos de cimento, transformando-se nas “Ilhas de Calor” que, segundo a Secretaria da Educação é o nome dado ao fenômeno que se dá em cidades com elevado grau de urbanização. A temperatura torna-se mais elevada em comparação as regiões menos urbanizadas e contribuem para o aquecimento global.

Os fatores que proporcionam a continuidade das ilhas de calor são o excesso de asfalto e outras superfícies com elevada capacidade de absorção de calor; falta de vegetação, impermeabilização do solo, edifícios que interferem a circulação de ventos, poluição atmosférica poluição atmosférica e tantos outros.

Os parques urbanos trazem uma possível solução de mitigação do problema que se torna gradativamente crescente e preocupante à vida humana.

3 | PARQUES URBANOS – CONCEITO E HISTÓRIA

Existem vários tipos de espaços verdes urbanos, grandes e pequenos, espalhados de forma aleatória e nomeados pela população de praças; parques; balneários, jardins, faixas verdes, e vários outros. Mas quando consideramos o espaço verde de uso comum, a CONAMA traz uma definição no Artigo 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006; dizendo que os espaços verdes de uso comum são aqueles que desempenham “função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

Vale ressaltar, função ecológica, estética e de lazer mas podemos observar outras ações desenvolvidas atualmente nos parques urbanos, muitas vezes em razão do mesmo ser o único a oferecer espaços no centro urbano conglomerado de concreto, como atividades educacionais, culturais, sociais.

A existência dos parques urbanos remonta ao início da história humana. A pré-história nos apresenta parques construídos com rochas. O homem inicia a transformação da natureza, para melhor servi-lo, de modo a oferecer abrigo e segurança, conseqüentemente favorecendo o bem-estar.

Na antiguidade os jardins ou parques egípcios eram construídos respeitando-se os 4 pontos cardeais, controlando a luminosidade a fim de favorecer o cultivo de plantas que ofereciam alimentos como frutos, ervas medicinais e condimentos; e árvores com utilidade à cultura civilizada, como o papiro, por exemplo. Assim, podemos perceber a intenção de suprir necessidades básicas de forma facilitada além de ofertar material para o desenvolvimento da chamada civilização como o “papel” ofertado como oportunidade registro histórico e conhecimentos. Os parques persas introduziram a água como elemento fundamental, refrescando o ambiente com seus espelhos d’água e introduzindo estímulos aos sentidos humanos como aromas, cores e sons; através

da introdução de flores e quedas d'água, com o objetivo de recreação e alegria, que poderia ser traduzido como uma forma de bem-estar, produzindo emoções positivas aos que os utilizavam. Ainda na Idade Antiga, as ruínas do palácio de Nabucodonozor, demonstra quão ampla e múltiplos foram os espaços criados nos famosos jardins da Babilônia, quando se desenvolveu um sistema de irrigação mecânico que levava a água aos espaços superiores dos jardins. Conhecido como uma das 7 maravilhas da Terra, acredito podermos afirmar o bem-estar que o mesmo causava ao homem. Os parques da Grécia Antiga valorizaram o traçado natural, introduziram as manifestações da arte arquitetônica e foi quando os parques públicos surgiram, os espaços começam a ser compartilhados, e foi onde os filósofos se reuniam para dialogar e construir teorias hipotéticas. Os Parques romanos eram amplos, de vegetação rica em árvores e sombras, com a introdução de esculturas, espelhos d'água; com vastos espaços aonde se praticava o ócio e a recreação. Haviam jardins públicos e parques particulares que se interrelacionavam com as moradias, oferecendo um espaço lúdico e produtivo. Os parques chineses foram criados respeitando-se a natureza e tentando reproduzi-la em espaços aonde se podia andar, sentar e contemplar a natureza; extraindo dela a sensação de bem-estar. Já os parques japoneses, trazem em si uma simbologia exuberante, estimulando sentimentos e a meditação, através da transformação de elementos naturais como a água, as rochas, madeira e outros que tragam a percepção harmônica que reflita os símbolos organizados.

Os jardins da Idade Média, em razão do período de insegurança causado pelas guerras, foram reduzidos em espaço e cercados por muros, retornando a utilização prática, plantio de alimentos e ervas medicinais. Os muçulmanos invadiram a Espanha e podemos observar o impacto da cultura muçulmana nos parques espanhóis, com a inserção de cerâmicas multicoloridas e arcos elaborados, água, cor e perfumes que impactam os sentidos.

Já na Idade Moderna podemos observar a unificação entre parques e edifícios, onde o homem passa a ser o “centro do universo”, contrariando a Idade Média que manteve “Deus no centro” até ser renovada pela Idade Moderna. Neste contexto, buscou-se no passado a inspiração para os parques que refletiram diversas épocas e localizações. A água, vários níveis, estátuas, pérgulas, podas, plantas ornamentais. Os parques franceses foram inspirados nos jardins italianos, buscando refletir uma certa ordem no universo. A simetria prevalece, os caminhos são largos, os edifícios grandiosos, busca-se uma ordem com podas elaboradas.

Os parques refletem a capacidade do homem em construir grandes espaços e controlar a natureza, demonstrando que o lugar de destaque, ou até mesmo de soberania, é do homem sobre a natureza, mas diante das apresentações feitas até o momento durante este capítulo, nos questionamos se a soberania do homem traz melhorias reais para a sua própria espécie e para os outros seres vivos.

4 | PARQUES URBANOS DA CIDADE DE MAUÁ

Parque Ecológico Alfredo Klinkert Junior

Conhecido simplesmente como Parque do Guapituba pela população, foi nomeado com o vocabulário Tupi e citado em documentos históricos antigos, significando “rio onde há muito aguapé”.

Antes de ser um parque municipal, este parque foi a chácara de uma família alemã de sobrenome Klinkert. A família preservou uma grande área de Mata Atlântica e plantou mais de 100 mil árvores, além de criar belos ambientes como o Jardim de Pedra e o Pergolado. A área conta com 500.000 m² e se tornou pública em 1993.

O endereço do parque é Avenida Capitão João, 3220, Jardim Guapituba, localizado em frente a Estação Ferroviária que leva o mesmo nome e muito próximo a Rodoviária Municipal do Jardim Guapituba.

Atualmente a Secretaria do Verde e Meio Ambiente está instalada no Parque e segundo a prefeitura, a prioridade é garantir a preservação da biodiversidade mas a mesma proporciona vários serviços socioambientais descritos rapidamente a seguir:

- Jardins (Jardim da Lagoa, Jardim de Pedra, Jardim Francês, Jardim Aquático, Outros Jardins Comuns);
- Rotas para Caminhadas (Caminho tradicional, Avenida de Coqueiros, Caminho do Casarão, Caminho Parque estacionamento);
- Passeios Monitorados (Caminhos pela Mata Atlântica, Mata de Araucárias, todos monitorados para preservar a mata e pelos riscos naturais);
- Lagoas (Lagoa principal, Lagoa das carpas, bica mineral, nascente);
- Teatros: Abertos (Teatro de Verduras {bosque}, Teatro de Arena {área central}, Teatro suspenso {lagoa principal});
- Playground (Possui 2 escorregadores, 2 gangorras, 1 ponte suspensa, 4 balanços, 1 labirinto);
- Bosques (Bosque Alfredo Klinkert Junior, Bosque da Nascente);
- Área para Exercícios (Praça das Barras, possui 4 barras de exercícios, 3 Gondolas, 2 barras para aquecimento, 1 esteira suspensa);
- Área para Recreação (Praça do Museu e Jardim da Lagoa);
- Museu (Casa Central, exposição de objetos antigos da casa, fotografias, quadros, mobília antiga e prédio onde reside a administração);
- Centro Ecológico (Casa na parte frontal do parque, onde reside a casa de preservação ecológica);

Parque Ecológico da Gruta de Santa Luzia

O Parque Ecológico da Gruta de Santa Luzia tem paisagismo desenvolvido pelo renomado Burle Marx, que participou da criação deste parque na década de 70. O nome do parque deu-se em razão da existência de uma Gruta na qual foi colocada uma imagem da Santa Luzia pelos trabalhadores de uma antiga pedreira que funcionava ali e que pediam ajuda a Santa e lavavam seus olhos com a água da nascente do Rio Tamandateí, quando seus olhos eram feridos por lascas.

O parque abriga várias nascentes, inclusive a nascente do Rio Tamandateí, importante por ter uma bacia hidrográfica ampla, que chega até a cidade de São Paulo, desaguando no Rio Tietê. As nascentes transformaram o parque em uma APA - Área de Proteção Ambiental, tornando-o protegido por lei federal.

Além das nascentes, o parque é cercado por Mata Atlântica, transformando-o em uma AEIA – Área Especial de Interesse Ambiental.

A cidade utiliza este espaço para manter o viveiro municipal, aproveitando o que a área verde local proporciona.

A localização do parque é a noroeste do município, a Rua Luzia Sila Itabaiana, 101, Jardim Itapeva. O acesso pode ser feito por transporte público, e há linhas municipais que passam a mesmo de 100 metros da entrada do parque.

Segundo a prefeitura, o principal objetivo do parque são a proteção e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade local mas oferece alguns serviços socioambientais:

- Rotas para Caminhadas
- Lagoa Principal
- Playground (Possui 2 escorregadores, 2 gangorras, 2 balanços);
- Área para Exercícios (2 barras de exercícios, 1 Gondola, 1 barras para aquecimento, 1 esteira suspensa);

Os parques e jardins existem desde o início da civilização humana, criados sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e bem-estar humano, inserindo espaços práticos de cultivos, estimulando os sentidos, favorecendo a recreação e o ócio como fatores de bem-estar, proporcionando descanso e meditação. O tempo passou, os espaços urbanos se expandiram e os parques urbanos existentes continuam com os objetivos de criar espaços de bem-estar subjetivo e melhorar a qualidade de vida mas não sabemos se estes objetivos são alcançados verdadeiramente ou se os parques existentes tornaram-se apenas simulacros do meio ambiente que satisfazem a necessidade capitalista de oportunizar a especulação imobiliária e outras gerações de renda, tendo contudo, perdido sua essência.

5 | CONSIDERAÇÕES

Correlacionando a proposta de cada um dos parques urbanos apresentados, podemos concluir que o Parque Ecológico Guapituba oferece oportunidades de melhoria na qualidade de vida no que diz respeito ao domínio físico através das Rotas para Caminhadas, Passeios monitorados, Playground e Área para exercícios; como no domínio psicológico proporcionando contemplação da natureza nos Jardins, Passeios monitorados, Lagoas e Bosques; do domínio das relações sociais e do meio ambiente, oferecendo atividades que podem ser realizadas em família e grupos diversos com oportunidades de obter novos conhecimentos e praticar recreação em um ambiente agradável proporcionado pelo ambiente natural dos parques. Em relação ao atendimento dos domínios da qualidade de vida no Parque Ecológico da Gruta de Santa Luzia, pode-se verificar que a proposta do mesmo atende os domínios psicológicos, sociais e de meio ambiente, e físico. Infelizmente pudemos observar em visita aos parques, um descuido e falta de manutenção no Parque da Gruta de Santa Luzia mesmo sendo este o parque classificado como APA - Área de Proteção Ambiental e AEIA – Área Especial de Interesse Ambiental. Fica o questionamento do motivo deste descuido já que o Parque Guapituba apresenta um cuidado e manutenção excelente quando visitado recentemente (dezembro/2018).

Quando relembramos que os parques existem desde o início da civilização humana, criados sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e bem-estar humano, inserindo espaços práticos de cultivos, estimulando os sentidos, favorecendo a recreação e o ócio como fatores de bem-estar, proporcionando descanso e meditação; percebemos que o tempo trouxe a expansão dos espaços urbanos com a criação de parques urbanos comuns, mas será que os objetivos atuais são os mesmos de outrora: criar espaços de bem-estar subjetivo e melhorar a qualidade de vida ou tornaram-se apenas simulações do meio ambiente que satisfazem a necessidade capitalista de oportunizar a especulação imobiliária e outras gerações de renda, tendo contudo, perdido sua essência.

REFERÊNCIAS

Davis, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo. Editora Boitempo. 2006

Gomes, M. A. S., **Parques Urbanos, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Mercator, Fortaleza-CE, vol. 13, n2, p 79 – 90, maio-ago, 2014

Fleck, Marcelo Pio de Almeida. **Qualidade de Vida**. Disponível em <https://www.ufrgs.br/qualidep/qualidade-de-vida>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

Prefeitura Municipal de Mauá. Disponível em <http://www.maua.sp.gov.br/Secretarias/MeioAmbiente>.

aspx. Acesso em 11/05/2018

Siqueira, Mirlene Maria Matias. Padovam, Valquiria Aparecida Rossi. **Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 201-209

Souza, Amaury de; Lamounier, Bolivar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos da sociedade**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2010

Victor, Rodrigo. **Avaliação Ecológica do Milênio**. São Paulo. Instituto Florestal de São Paulo. 2005. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/conabio/_arquivos/Rodrigo%20Victor.pdf

Zanon, Cristian. Bastianello, Micheline Roat. Pacico, Juliana Cerentini. Hutz, Claudio Simon. **Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos positivos e negativos**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio/agosto 2013 1. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v18n2/v18n2a03.pdf>

SOBRE OS ORGANIZADORES

Tayronne de Almeida Rodrigues - Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>.

João Leandro Neto - Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>.

Dennyura Oliveira Galvão - Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-334-7

